

PPDF

POLÍCIA PENAL DO DISTRITO FEDERAL 2022

Banca: **INSTITUTO AOCP**

Escolaridade: **Nível Superior**

Vagas: **400 + 779 CR**

Salário: **R\$ 5.445,00**

Inscrições: **Até as 12h00min do dia 06/05/2022**

Prova: **03 de Julho de 2022**

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua portuguesa e Redação Oficial	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões		
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3
1. Compreensão e interpretação de texto.										
2. Tipologia e gêneros textuais.										
3. Figuras de linguagem.										
4. Significação de palavras e expressões.										
5. Relações de sinonímia e de antonímia.										
6. Ortografia.										
7. Acentuação gráfica.										
8. Uso da crase.										
9. Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto.										
10. Locuções verbais (perífrases verbais).										
11. Funções do "que" e do "se".										
12. Elementos de comunicação e funções da linguagem.										
13. Domínio dos mecanismos de coesão textual: emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual; emprego de tempos e modos verbais.										
14. Domínio dos mecanismos de coerência textual.										
15. Reescrita de frases e parágrafos do texto: significação das palavras; substituição de palavras ou de trechos de texto; reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto; reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.										
16. Sintaxe: relações sintático-semânticas estabelecidas na oração e entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação).										
17. Concordância verbal e nominal.										
18. Regência verbal e nominal.										
19. Colocação pronominal.										
20. Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto.										
21. Função textual dos vocábulos. Variação linguística.										
22. Redação Oficial.										
Noções de História e Geografia do Distrito Federal	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões		
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3
1. Contexto histórico de formação do Distrito Federal, localização, população, clima, vegetação, hidrografia e economia.										
Noções de Informática	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões		
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3
1. Conceitos e fundamentos básicos.										
2. Conhecimento e utilização dos principais softwares utilitários (compactadores de arquivos, chat, clientes de e-mails, reprodutores de vídeo, visualizadores de imagem, antivírus).										
3. Identificação e manipulação de arquivos.										

4. Backup de arquivos.											
5. Conceitos básicos de Hardware (Placa mãe, memórias, processadores (CPU) e disco de armazenamento HDs, CDs e DVDs).											
6. Periféricos de computadores.											
7. Ambientes operacionais: utilização dos sistemas operacionais Windows 7 e Windows 10.											
8. Conceitos básicos sobre Linux e Software Livre.											
9. Utilização de ferramentas de texto, planilha e apresentação do pacote Microsoft Office (Word, Excel e PowerPoint) – versões 2010, 2013 e 2016.											
10. Utilização de ferramentas de texto, planilha e apresentação do pacote LibreOffice (Writer, Calc e Impress) - versões 5 e 6.											
11. Utilização e configuração de e-mail no Microsoft Outlook.											
12. Conceitos de tecnologias relacionadas à Internet e Intranet, busca e pesquisa na Web, mecanismos de busca na Web.											
13. Navegadores de internet: Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome.											
14. Segurança na internet; vírus de computadores; Spyware; Malware; Phishing e Spam.											
15. Transferência de arquivos pela internet.											
Noções de Raciocínio Lógico	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões			
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3	
1. Raciocínio Lógico e matemático: resolução de problemas envolvendo frações, conjuntos, porcentagens, sequências (com números, com figuras, de palavras).											
2. Raciocínio lógico matemático: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica. argumentos válidos.											

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Administrativo	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões		
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3
1. Noções gerais, conceito e objeto do direito administrativo.										
2. Princípios.										
3. Organização administrativa.										
4. Atos administrativos.										
5. Poderes da Administração.										
6. Responsabilidade do Estado.										
7. Licitação e contratos administrativos na Lei Federal nº 14.133 de 2021.										
8. Agentes públicos.										
9. Improbidade administrativa na Lei Federal nº 8.429 de 1992.										
10. Bens públicos.										
11. Intervenção do Estado na propriedade privada e no domínio econômico.										
12. Desapropriação.										
13. Estatuto da cidade.										
14. Serviços públicos.										
15. Controle da Administração.										
16. Processo administrativo.										
Direito Constitucional	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões		
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3
1. Constituição: conceito, classificações, preâmbulo e princípios fundamentais da Carta de 1988.										

3

6. Da prova.											
7. Do acusado e seu defensor.											
8. Das prisões cautelares, das medidas cautelares e da liberdade provisória.											
9. Das citações e intimações.											
10. Da aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança.											
11. Da sentença.											
12. Do processo comum.											
13. Do processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.											
14. Do habeas corpus e seu processo.											
15. Da execução das penas em espécie.											
16. Dos incidentes da execução.											
17. Da execução das medidas de segurança.											
18. Graça, indulto, anistia e reabilitação.											
Direito Penitenciário e Criminologia	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões			
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3	
1. Lei de Execução Penal (Lei Federal nº 7.210 de 1984).											
1.1. Lei dos Crimes Hediondos (Lei Federal nº 8.072 de 1990).											
2. Lei Distrital nº 5.969, de 16 de agosto de 2017 - Institui o Código Penitenciário do Distrito Federal.											
3. Lei Distrital nº 3.669, de 13 de setembro de 2005 - Cria a Carreira de Atividades Penitenciárias e respectivos cargos no Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências.											
4. Noções introdutórias de criminologia: conceito, objeto, método e histórico.											
5. Escolas sociológicas do crime.											
5.1 Escola clássica e positiva.											
5.2. Escola de política criminal e “Terza Scuola”.											
5.3. Criminologia do consenso e do conflito.											
5.4. Escola de Chicago.											
5.5. Teoria da associação diferencial.											
5.6. Teoria da anomia.											
5.7. Teoria da subcultura delinquente.											
5.8. “Labelling approach”.											
5.9. Teoria crítica.											
5.10. Teoria behaviorista.											
5.11. Teoria das técnicas de neutralização.											
5.12. Teoria da aprendizagem social.											
6. Perfilamento criminal.											
7. Testes de personalidade e inteligência.											
8. Estatística criminal e cifra negra.											
9. Bioantropologia criminal.											
10. Vitimologia.											
11. Classificação dos criminosos.											
12. Prevenção criminal.											
13. Criminologia cultural.											
14. Criminologia clínica.											
14.1. Psicopatologia criminal.											
14.2. Modernas teorias criminológicas.											
14.3. Exame criminológico.											

Direitos Humanos	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões		
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3
1. Teoria geral dos direitos humanos.										
1.1. Conceito, fundamentos e bases teóricas e filosóficas dos direitos humanos.										
1.2. O início da proteção internacional de Direitos Humanos: direito internacional humanitário, direito internacional dos refugiados e o surgimento da organização internacional do trabalho.										
1.3. Características dos direitos humanos.										
1.4. Interpretação e aplicação dos tratados internacionais de direitos humanos.										
1.5. Dignidade da pessoa humana.										
2. Sistemas internacionais de proteção e promoção dos Direitos Humanos.										
2.1. Sistema global de direitos humanos. Organização das Nações Unidas: declarações, tratados, resoluções, comentários gerais, relatórios e normas de organização e funcionamento dos órgãos de supervisão, fiscalização e controle. Órgãos convencionais e extraconvencionais.										
2.2. Sistema interamericano de direitos humanos. Organização dos estados americanos: declarações, tratados, resoluções, relatórios, informes, jurisprudência (contenciosa e consultiva da corte interamericana de Direitos Humanos), opiniões consultivas, normas de organização e funcionamento dos órgãos de supervisão, fiscalização e controle. Relatorias temáticas e por países. Audiências públicas.										
2.3. Sistemas regionais de proteção dos direitos humanos.										
3. A incorporação dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos ao direito brasileiro.										
3.1. Posição hierárquica dos tratados internacionais de direitos humanos.										
3.2. A aplicabilidade das normas contidas em tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil.										
3.3. A execução de decisões oriundas de tribunais internacionais de direitos humanos no Brasil.										
3.4. Controle de Convencionalidade.										
4. A proteção dos grupos socialmente vulneráveis pelo direito internacional dos direitos humanos.										
4.1. Mecanismos de proteção aos direitos humanos na Constituição Federal.										
5. Direitos humanos de natureza civil, política, social, econômica, cultural e ambiental.										
6. Direitos humanos de titularidade individual, coletiva ou difusa.										
Legislação aplicada aos servidores do Governo do DF	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões		
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3
1. Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)- (Lei Complementar Federal nº 94/1998 e Decreto Federal 24 nº 7.469/2011); Lei 5768 de 14/12/2016.										
2. Lei Orgânica do Distrito Federal: Artigo 1º ao 124-B. Título I – Dos Fundamentos da Organização dos Poderes e do Distrito Federal; Título II – Da Organização do Distrito Federal – Capítulos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII; Título III – Da Organização dos Poderes – Capítulos I, II, III, IV, V.										
3. Lei Complementar no 840/2011- Estabelece o Regime Jurídico dos Servidores do Distrito Federal:										

Título I- Das Disposições Preliminares; Título II- Dos Cargos Públicos e das Funções de Confiança- Capítulos: I, II, III, IV, V; Título III- Das Carreiras e do Regime e da Jornada De Trabalho- Das Disposições Gerais; Capítulo II- Do Regime e da Jornada De Trabalho; Título IV: Dos Direitos – Capítulo I - Do Sistema Remuneratório: Seção I - Dos Conceitos Gerais.										
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Legislação Especial	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões		
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3
1. Lei dos Tóxicos (Lei Federal nº 11.343 de 2006).										
2. Lei dos Crimes hediondos (Lei Federal nº 8.072 de 1990).										
3. Lei do Abuso de Autoridade (Lei Federal nº 13.869 de 2019).										
4. Estatuto do Desarmamento (Lei Federal nº 10.826 de 2003).										
5. Interceptação telefônica (Lei Federal nº 9.296 de 1996).										
6. Lei das Organizações Criminosas (Lei Federal nº 12.850 de 2013).										
7. Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340 de 2006).										
8. 1º Plano Distrital De Política Para Mulheres (2014-2015).										

TABELA 11.1

NÍVEL SUPERIOR							
CARGO	FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE ITENS	VALOR POR ITEM (PONTOS)	VALOR TOTAL (PONTOS)	CARÁTER
Polícia Penal	1ª	Objetiva	CONHECIMENTOS BÁSICOS				Eliminatório e Classificatório
			Língua Portuguesa e Redação Oficial	25	1	25	
			Noções de História e Geografia do Distrito Federal	5	1	05	
			Noções de Informática	10	1	10	
			Noções de Raciocínio Lógico	10	1	10	
			CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS				
			Direito Administrativo	10	1	10	
			Direito Constitucional	10	1	10	
			Noções de Administração Financeira e Orçamentária	10	1	10	
			Direito Penal e Direito Processual Penal	20	1	20	
			Direito Penitenciário e Criminologia	40	1	40	
			Direitos Humanos	3	1	3	
			Legislação aplicada aos servidores do Governo do DF (Lei Complementar nº 840/2011 e Lei Orgânica)	4	1	4	
			Legislação Especial	3	1	3	

Já adquiriu a sua **Legislação Facilitada**?

Sabia que até 70% das questões de concursos podem ser extraídas apenas da literalidade de leis e códigos?

Estude todas as legislações do seu concurso de forma eficiente e organizada através dos nossos materiais:

- **Marcações, Súmulas e Comentários pontuais** nas principais leis.
- **Planejamento de leitura em poucos dias.**

Acesse o site e saiba mais:

www.legislacaofacilitada.com.br

contato@legislacaofacilitada.com.br

Instagram: [@legislacaofacilitada](https://www.instagram.com/legislacaofacilitada)

Whatsapp: (85)997619281

MATERIAL DEMONSTRATIVO no site

<https://legislacaofacilitada.com.br>

FEEDBACKS, DEPOIMENTOS e RECOMENDAÇÕES:

<https://legislacaofacilitada.com.br/feedbacks/>

Legislação
FACILITADA

LegislaçãoFacilitada

Dia 1

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

TÍTULO II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais
CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Características dos Direitos Fundamentais:
Imprescritibilidade: Não desaparecem com o tempo.
Invulnerabilidade: Não é transferível a outra pessoa.
Irrenunciabilidade: Não pode sofrer renúncia.
Indivisibilidade: Autoridades e dispositivos infraconstitucionais devem observá-la.

Universalidade: Abrange a todos.
Exatidão: Poder público deve garantir sua aplicação.
Interdependência: Há diversas ligaduras entre os Direitos Fundamentais.
Complementariedade: Devem ser interpretados de forma conjunta.
Relatividade: Direitos Fundamentais não são absolutos.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, **sem distinção** de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

STF: O estrangeiro em trânsito também está resguardado pelos direitos individuais, podendo, inclusive, utilizar-se de medidas constitucionais. Contudo, ele não poderá fazer uso de todos os direitos, a exemplo de ação popular que é privativa do brasileiro.

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

Princípio da Isonomia: Diferença que seja dada qual tratamento aos que estão em situação equivalente, e tratamento desigual aos desiguais, na medida de suas desigualdades.

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa sob o pretexto de lei;

Princípio da Legalidade: Para o particular, somente a lei pode criar obrigações, assim, a inexistência de lei proibitiva impede a punição. Para o Poder Público, por sua vez, ele é permitido criar ou suprimir de lei.

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

STF: A defesa de lapidação da roupa em espaço público constitui legítima exercício do direito à livre manifestação do pensamento.

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

STF Súmula 37: São cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral decorrentes do mesmo fato.

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente da censura ou licença;

STF: O exercício da liberdade de expressão intelectual, artística e científica não se estendendo ao direito de censura ou licença.

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

STF Súmula 227: Pessoa jurídica pode sofrer dano moral.
STF: Admite-se indenizar não autorizadas, não excluindo a possibilidade de indenização por dano material ou moral.

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagração de delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

STF: Casa é um termo amplo, compreendendo consultório, escritório e qualquer lugar privado não aberto ao público. Contudo, não é um direito absoluto.

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

STF: É lícita a gravação de conversa telefônica realizada por um dos interlocutores, ou com sua autorização, sem eficácia do outro, desde que investido criminoso desse crime.

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

Norma de eficácia contida: O STF decide pela inconstitucionalidade da exigência de diploma de jornalista para o exercício da profissão de jornalista e pela constitucionalidade do exame de Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por considerar que o exercício de advocacia faz um novo colar.

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não busquem outra decisão anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

STF: Não compete a exigência de prévio aviso com autorização. Não se exige autorização da autoridade competente, mas somente que ela seja comunicada com antecedência. Contudo, devem ser observados os demais requisitos que seja pacífica, sem armas e não hoste outra reunião. Esse dispositivo possui grande incidência nas provas.

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

STF Súmula 339: A associação não pode ser compulsoriamente dissolvida.
Complementariedade: Dissolução = Decisão Judicial + Trânsito em Julgado.

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

www.LegislaçãoFacilitada.com.br/

